

Paulo Rangel denuncia a instrumentalização do apoio a António Guterres para o ataque político.

“os partidos aqui não contam, contam os Estados e os seus interesses permanentes”



Pg. 16



Sanções

Paulo Rangel foi claro em Estrasburgo: **“Portugal e o PSD não podem aceitar a eventual intenção de congelamento dos fundos comunitários por parte da Comissão Europeia. Não há nenhuma razão jurídica, política ou económica que justifique.”**

Os Deputados do PSD e em especial os que participaram no “diálogo estruturado”, Fernando Ruas, José Manuel Fernandes e Sofia Ribeiro foram firmes nesta posição.

No início do verão o Conselho, na sequência da proposta da Comissão Europeia decidiu não aplicar multas a Portugal. Pior seria agora congelar os fundos de que precisamos para o nosso desenvolvimento.

José Manuel Fernandes foi claro **“sancionar os Estados representava uma multa. Suspender os fundos seria uma medida mais penalizadora e traduz-se num ataque aos cidadãos, à economia, ao crescimento, à confiança, castigar os cidadãos.”**

Seremos firmes e temos razão. Estamos confiantes que não serão aplicadas sanções injustas contra Portugal.

Prevenir a Radicalização

Carlos Coelho defende estratégia anti-terrorismo.

Pg. 13

Deputados do PSD contra as Sanções a Portugal

Fernando Ruas e Sofia Ribeiro

Pg. 4 e 5

Pela nossa terra



José Manuel Fernandes apresenta agenda 2016

Pg. 10 e 11



Precisamos de uma Europa mais Solidária

No debate sobre o Estado da União, que decorreu em Estrasburgo, **Carlos Coelho** afirmou a “necessidade de mais solidariedade” e destacou “a necessidade de agir especificamente para proteger as crianças não acompanhadas que chegam à nossa costa”.


Os dados disponíveis mostram que, em 2015, pelo menos 90.000 menores não acompanhados entraram na Europa. E este ano já foram contabilizadas segundo a Europol, mais de 10.000 crianças desaparecidas no nosso continente.

Carlos Coelho afirmou “temos muitos milhares encurralados na Grécia. Não esqueçamos essas crianças também.”

Para o Deputado Carlos Coelho “é necessária uma abordagem europeia coordenada para o conflito na Síria. Mas se é certo que só assim começaremos a tratar dos problemas na sua origem, parece-me pouco crível que um novo fundo venha resolver alguma coisa”.

Nesse sentido, Carlos Coelho questionou:

“Quanto do prometido conseguimos já amealhar para o fundo fiduciário para África? Quanto do prometido no malfadado acordo com a Turquia conseguimos amealhar?”

Carlos Coelho finalizou a sua declaração afirmando “pouco, muito pouco se tem conseguido amealhar” defendendo a necessidade “de se exigir aos Governos nacionais que honrem os seus compromissos” e ressaltando que “a Comissão Europeia não se pode demitir do seu papel apenas lançando propostas para a mesa”. 

Cláudia Monteiro de Aguiar questiona oportunidades de financiamento para ferry


A Deputada do PSD solicitou à Comissão Europeia esclarecimentos sobre as vias de financiamento existentes tanto a nível Central como através de Fundos Estruturais e de Investimento que possam vir a financiar uma ligação marítima de ferry de passageiros entre a Região e o Continente Português.

No seguimento dos esforços encetados pelo Governo Regional da Madeira, **Cláudia Monteiro de Aguiar** associa-se a este imperativo estratégico com vista a analisar possíveis oportunidades europeias de financiamento junto das Instituições Europeias. Para a Deputada “uma ligação de ferry entre a Madeira e o Continente é fundamental

não só para permitir uma maior mobilidade dos Madeirenses, mas também é uma mais-valia para a economia regional”.


Na pergunta prioritária enviada à Comissão Europeia, Cláudia Monteiro de Aguiar sublinha ainda a **importância das ligações marítimas e da cooperação territorial da Macaronésia**, que abarca para além da Madeira, os Açores, as Ilhas Canárias e Cabo Verde. Segundo a Eurodeputada estas três Regiões da União e Cabo Verde “devem unir esforços para apresentar projectos comuns de transportes que permitam criar ligações marítimas de ferry entre as mesmas, aumentando a acessibilidade, criando novas oportunidades de negócios e potencian-

do, ainda mais, o sector do Turismo”. Ainda neste âmbito, a Deputada madeirense enviou também um requerimento à Comissão Europeia, responsável pela Política Regional, Corina Cretu, para que avalie dentro da Política Regional quais as formas de financiar uma ligação de ferry de passageiros entre a Madeira e o Continente, mas também financiamento para ligações entre as Regiões da Macaronésia.

Cláudia Monteiro de Aguiar tem vindo a encetar esforços com os Eurodeputados de outras ilhas Europeias para encontrar outras formas de colocar na Agenda Europeia, a prioridade das ligações de ferry de passageiros entre as Regiões da União. 

Paulo Rangel homenageia Pöttering

O EIN Merit Award - Francisco Lucas Pires de 2016 foi atribuído a Hans-Gert Pöttering, antigo presidente do Parlamento Europeu e actual Presidente da Fundação Konrad Adenauer. A cerimónia decorreu em Split, na Croácia durante a Universidade de Verão do Grupo PPE nos primeiros dias de Julho.

Paulo Rangel na qualidade de Presidente do European Ideas Network entregou a distinção pelo contributo que Pöttering tem dado para a reflexão sobre o projecto europeu. Em 2015 o EIN Merit Award - Francisco Lucas Pires foi atribuído ao antigo deputado europeu e antigo ministro espanhol do interior, Jaime Mayor Oreja. 



Sofia Ribeiro reclama políticas de emprego que não deixem de parte os jovens Açorianos


A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** interveio em sessão plenária sobre o crescimento económico e sobre as dificuldades dos jovens no acesso ao mercado de trabalho europeu, nomeadamente dos jovens de regiões ultraperiféricas como os Açores.

Sofia Ribeiro começou por recordar que *"a recuperação económica europeia ainda é frágil e tem-se revelado insuficiente para quebrar definitivamente com os **terríveis números de desemprego jovem**, com graves consequências num futuro próximo,*

colocando pressão na sustentabilidade dos sistemas de segurança social".

A eurodeputada social-democrata salientou que, *"sendo natural dos Açores, uma região ultraperiférica, os jovens destas regiões, também eles europeus, continuam a debater-se com **níveis de desemprego que ultrapassam 50%**".* Para Sofia Ribeiro é necessário *"promover formas de cooperação entre governos, empresas, instituições de ensino e parceiros sociais para que se adaptem os sistemas de educação e*

formação nacionais, adequando as competências às necessidades do mercado de trabalho e promovendo um desenvolvimento orientado e sustentado das nossas empresas, em especial as PME, que são fundamentais para o crescimento".

Recorde-se que, Sofia Ribeiro submeteu uma proposta de projecto-piloto, que pretende apoiar a criação de emprego, nomeadamente o emprego jovem, através do desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras. 

Temos de criar vias de entrada para os refugiados!

Por ocasião do dia mundial do refugiado, Carlos Coelho assinalou que *“desde janeiro de 2016, 3.000 pessoas perderam a vida a atravessar o Mediterrâneo. O ano passado eram mais de 60 milhões os que ainda tentavam escapar à guerra e à morte. Temos dado alguns passos, mas certamente não os suficientes para acudir à emergência humanitária. Temos dado alguns passos, mas certamente não os suficientes para resolver os problemas de fundo”*.

Um desses passos é o pacote para a migração legal, integração e cooperação com países terceiros que o Parlamento Europeu debateu.

Carlos Coelho lembrou que *“temos de ser claros no essencial: não podemos confundir migração económica com refugiados. E no âmbito da migração económica é claro que a Europa tem de ser capaz de atrair os melhores do mundo e de promover a mobilidade interna”*.

No entanto, acrescentou o Deputado do PSD, *“questão diferente é o acesso legal e seguro de pessoas que fogem à guerra e procuram proteção no nosso território”*. Com vias legais de acesso para os requerentes de asilo *“iremos evitar milhares de mortes no Mediterrâneo, enquanto combatemos traficantes de ser huma-*



nos. Iremos gerir melhor o influxo de pessoas”.

Carlos Coelho deixou ainda um aviso, **“vias legais de acesso dependem da colaboração com países terceiros, o que envolve mais financiamento. Ora, não podemos fazer face ao presente com verbas que estavam destinadas ao futuro. Antecipar verbas não significa nem mais apoio nem mais investimento, é tão só gastar mais cedo. Não podemos chegar a 2017 e ser**

confrontados com nova emergência, porque não soubemos acautelar os gastos antecipados.”

O Deputado ao Parlamento Europeu concluiu lembrando que **“Portugal foi considerado o 2º melhor país do mundo na integração de migrantes em 2015. Apesar disso, sabemos que ainda há muito trabalho pela frente. No plano europeu o que falta fazer é, infelizmente, muito mais”**.

Eurodeputado Fernando Ruas contra suspensão de Fundos a Portugal

O Eurodeputado **Fernando Ruas** é membro efectivo da Comissão de Desenvolvimento Regional, que a par com a Comissão de Assuntos Económicos e Monetários, irá decidir a posição do Parlamento Europeu sobre a eventual suspensão de fundos estruturais a Portugal, no quadro do procedimento por Défice Excessivo (PDE) e ao abrigo do Regulamento 1303/2013 (Regulamento das Disposições Comuns).

Recorde-se que a Comissão Europeia não aplicou qualquer multa a Portugal, em virtude do incumprimento do limite de défice abaixo

dos 3% do PIB, mas o procedimento relativo à suspensão de fundos estruturais decorre paralelamente, estando a Comissão e o Parlamento Europeu em vias de encetar agora um diálogo estruturado, **que deverá decorrer no início da primeira semana de Outubro em Estrasburgo**.

Nas palavras do Deputado Europeu, é necessário que **“impere o bom senso, tendo em conta que Portugal fez um esforço enorme para chegar até aqui e precisa é de um incentivo e não de uma punição”**. Tanto mais que, como fez lembrar em declarações à comunicação


social, à margem da última sessão plenária de Estrasburgo, *“os destinatários dos fundos são aqueles que já foram vítimas da política de austeridade”, pelo que “a aplicação de sanções a Portugal seria profundamente injusta, economicamente irracional e politicamente desadequada”*.

Também no Grupo Político do PPE, Fernando Ruas tem sensibilizado os seus colegas de Partido para a necessidade da não aplicação de sanções, lembrando as graves implicações económico-financeiras imediatas e a própria credibilidade da União junto dos concidadãos poder ser insanável.

Paulo Rangel lança base para o Futuro da Europa em Nice



Paulo Rangel presidiu os debates sobre o Futuro da Europa que decorreram em Nice durante a reunião do Bureau do Grupo PPE.

O Deputado que é também Vice-presidente do Grupo PPE foi designado responsável pelo recém-criado grupo de trabalho sobre o Futuro da Europa. A reunião que decorreu em Nice e contou com a participação do antigo Presidente francês e actual Presidente do partido Les Républicains, Nicolas Sarkozy. 

Relatório de Sofia Ribeiro contra a aplicação de sanções a Portugal

A Eurodeputada Sofia Ribeiro, defendeu a **“construção de uma Europa Social”** e a **“não aplicação de sanções à Portugal”**, na apresentação do relatório/parecer sobre **“o Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2016”**, em que é relatora do Parlamento Europeu.

Sofia Ribeiro começou a sua intervenção afirmando que a sua prioridade com este parecer é fazer com que a dimensão económica e a dimensão social da Europa se complementem. *“O desenvolvimento económico não se justifica por si só – tem como objetivo a criação de melhores condições de vida para os europeus – mas não é possível garantirmos a proteção e o apoio aos cidadãos europeus se não tivermos sustentação numa economia forte e bem estruturada”*, explicou.

A Eurodeputada social-democrata pediu na sua intervenção que, tal como acontece com o já existente procedimento por défice excessivo, fosse criado **“um procedimento por desequilíbrios sociais”**, que funcione como

um mecanismo de avaliação do progresso social da União, de forma a poder aplicar uma vertente corretiva para aqueles que não cumprem com as metas sociais. *“A relevância económica que fica bem patente nas decisões da Ecofin [Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros], que são amplamente divulgadas pelos órgãos de comunicação social, tem de ser acompanhada de um discurso social igualmente relevante”*, criticou a eurodeputada, acrescentando que é de salientar *“a inclusão, pela Comissão Europeia, dos três indicadores sociais [taxa de atividade, desemprego jovem e desemprego de longa duração] no processo de avaliação dos desequilíbrios macroeconómicos”*, propostos no seu relatório, no passado mês de fevereiro. *“Corremos o risco dos nossos concidadãos entenderem que o objetivo primeiro e último da UE é o desenvolvimento das economias dos Estados-Membros”*, argumentou.

Sofia Ribeiro pediu ainda que a Comissão Europeia tivesse em conta **“a evolução e o grau de esforço dos Estados-Membros”** e que, neste ano, não se aplicassem *“quaisquer sanções aos países que não atingiram os*

objetivos do pacto de estabilidade e crescimento”. *“Sejamos antes capazes de aferir de que forma é que [estes países] estão a cumprir com as normas, de acordo com o que prevê o TUE”*, defendeu Sofia Ribeiro.

“Não se compreende que se possam vir a aplicar sanções aos Estados-Membros em que foram efetuadas profundas reformas e cujos cidadãos fizeram enormes sacrifícios, para se equilibrarem as contas públicas”, destacou Sofia Ribeiro na sua intervenção, dando o exemplo de Portugal: *“andamos a discutir décimas, e diria até mesmo centésimas, no que respeita ao cumprimento do défice, em vez de nos centrarmos num plano de crescimento”*. A eurodeputada acrescentou que **“não conseguimos perceber como é que o mesmo país que tem sido elogiado pelos seus esforços e reformas poderá ser alvo de sanções, quando um dos fatores que poderá ser a causa deste défice tenha sido coordenado com a própria Comissão Europeia”**. *“Se o fizermos, estaremos a contribuir para a desfragmentação da Europa, violando o princípio da solidariedade responsável que nos caracteriza”*, sublinhou. 



Cláudia Monteiro de Aguiar

assume presidência de Grupo Europeu de Turismo



Actualmente o Turismo é a terceira actividade económica da Europa, representando 9,7% do PIB da UE-28 e tem uma perspectiva de crescimento de 10,4% até 2025. O sector emprega 25 milhões de pessoas e tem um potencial de empregabilidade francamente positivo.

“É a primeira vez que se constitui dentro da “SME Europe” um grupo que defenda o sector do Turismo. É mais uma conquista por vermos o sector ganhar espaço na agenda europeia” reconhece a eurodeputada do PSD **Cláudia Monteiro de Aguiar**, que assume a Presidência do recém grupo de trabalho dedicado ao Turismo no seio da “SME Europe”, uma organização que tem como objetivo moldar as políticas da UE de uma forma mais favorável às PME.

A eurodeputada Madeirense salienta que “As

PME são a espinha dorsal da economia europeia, gerando postos de trabalho, crescimento e prosperidade. Sendo o Turismo composto por cerca de 90% de PME, é mais do que expectável que as políticas da União sejam traçadas com o intuito de apoiar as empresas. Precisamos criar mecanismos que permitam o crescimento sustentado de negócios ligados direta e indiretamente ao Turismo.”

O objetivo deste grupo de trabalho é de implantar ideias inovadoras no debate político europeu que permitam ao setor do Turismo ultrapassar os enormes desafios que enfrenta atualmente.

Cláudia Monteiro de Aguiar conclui que *“muitas adaptações serão necessárias no sector, mas estou certa que este grupo assumirá ser uma voz ativa e defensora junto das instituições europeias, de um sector tão importante para a econo-*

mia europeia e em particular para economia de países como Portugal.”

Nesta ocasião foi também apresentado o “Manifesto para o Turismo – motor de crescimento económico e criação de emprego”, documento com os contributos de 20 organizações públicas e privadas do sector, onde são identificadas as linhas prioritárias para as futuras políticas da União.

Esta cerimónia contou ainda com a participação de António Tajani, actual Eurodeputado e ex-Comissário Europeu para a Indústria e o Empreendedorismo, responsável pelo Turismo, Paul Rübiger, Eurodeputado austríaco e Presidente da SME Europe, Juan Jesus Garcia, da empresa Amadeus, líder mundial em serviços tecnológicos para a indústria do Turismo e Eduardo Santander, Director Executivo da Comissão Europeia para o Turismo e Presidente do “Manifesto para o Turismo”.

Sofia Ribeiro debate Semestre Europeu na Assembleia da República

A Eurodeputada **Sofia Ribeiro** foi ouvida pela Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República sobre o Relatório do **Semestre Europeu** para o emprego e assuntos sociais, do qual foi relatora do Parlamento Europeu.

Sofia Ribeiro iniciou a sua intervenção explicando os eixos fundamentais do relatório, que passam por *“investir nas pessoas; reformas estruturais executadas de forma social e responsável; impulsionar o crescimento sustentável relançando o investimento; melhor utilização dos fundos europeus para promover a coesão social, económica e territorial; a inclusão social como uma oportunidade para a sociedade e, por fim, uma melhor coordenação do semestre europeu”*.

Durante a audição, Sofia Ribeiro salientou que **“não faz sentido analisar as taxas de emprego sem ter em atenção as taxas de atividade, porque o aumento da inatividade pode mascarar falsos números de tendência de emprego”**. **“Temos de analisar os motivos que levam os trabalhadores a desistirem de estar disponíveis para o emprego, com especial enfoque nos trabalhadores com mais de 55 anos”**, declarou. A eurodeputada acrescentou que, para além de se ter de **“implementar mecanismos individualizados de requalificação e reconversão profissional”, devem ser criadas soluções de emprego flexíveis para esta faixa etária “uma vez que há, frequentemente, uma desadequação face à idade do trabalhador no seu posto de trabalho e que, inclusivamente, não é atendida a sua experiência e a sua capacidade para formar jovens”**.

Sofia Ribeiro defendeu ainda que **“deve haver um equilíbrio entre as remunerações e as qualificações dos trabalhadores pois, se assim não for, corre-se o risco de homogeneizar a classe trabalhadora”, acrescentando que “no que concerne à flexissegurança, o trabalho não pode ser considerado como descartável, nem as empresas como grandes competidoras, querendo ganhar riqueza a todo o custo”**. **“Deve haver co-relação entre ambos com mecanismos para adequar a actividade laboral dos trabalhadores**




Sofia Ribeiro iniciou a sua intervenção explicando os eixos fundamentais do relatório, que passam por “investir nas pessoas; reformas estruturais executadas de forma social e responsável; impulsionar o crescimento sustentável relançando o investimento...”

e garantir-lhes segurança, tendo em conta a sua produtividade”.

No decorrer da sessão, Sofia Ribeiro destacou o abrandamento das exportações e do investimento e salientou que **“ao abordar a necessidade de envolver os parceiros sociais está a dar-se uma nota da necessidade de haver uma convergência e sustentabilidade de políticas que não podem ser definidas nem podem andar a ser alteradas de governo para governo”**. **“Temos de ter uma linha de atuação”**, confessou.

No que concerne a medidas no setor da educação, a eurodeputada defendeu **“uma diversificação dos métodos de ensino em paralelo com uma avaliação das necessidades do mercado de**

trabalho, para podermos adequar as competências dos jovens aos requisitos das empresas e das áreas emergentes de trabalho, nomeadamente a nível das economias digital, verde e azul”, tendo, ainda, acrescentado que **“deve haver um investimento na formação dual, pondo termo a uma homogeneização de habilitações que de pouco serve, em especial, às micro, pequenas e médias empresas”**.

Recorde-se que o relatório foi aprovado por larga maioria no passado dia 24 de fevereiro em plenário, no Parlamento Europeu, em Bruxelas e pretende relançar o investimento, prosseguir as reformas estruturais para modernizar as economias e conduzir políticas orçamentais responsáveis. 

Alterações orçamentais "salvam" Orquestra de Jovens da União Europeia

Jean-Claude Juncker agradece publicamente contributo do eurodeputado José Manuel Fernandes para solução de curto e longo prazo de um dos maiores símbolos culturais da integração europeia.

O presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, manifestou publicamente o regozijo por ter sido possível encontrar uma solução para assegurar a continuidade da Orquestra de Jovens da União Europeia, agradecendo expressamente a contribuição do eurodeputado **José Manuel Fernandes**.

A orquestra tinha já anunciado o fim de todas as operações e a extinção por falta de suporte financeiro, levando mesmo o comissário da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Tibor Navracsics, a lamentar publicamente a impossibilidade de travar o fim da organização. No entanto, a situação acabou por ser revertida nas últimas semanas, graças a alterações orçamentais, nomeadamente ao nível da Europa Criativa.

"Nos últimos 40 anos, a Orquestra de Jovens da União Europeia tem simbolizado a diversidade cultural da Europa. A Comissão orgulha-se de ter apoiado a Orquestra desde o seu início. Quando soube dos seus problemas financeiros, estava muito preocupado e, imediatamente, pedi aos meus Comissários para encontrar uma solução. Hoje, tenho o prazer de anunciar que encontramos uma solução que permitirá à Orquestra de Jovens da União Europeia continuar em 2016, 2017 e mesmo em anos seguintes", afirmou em comunicado **Jean-Claude Juncker**.


Num agradecimento ao Parlamento Europeu por **"ajudar a encontrar a solução"**, o presidente da Comissão fez questão de destacar os trabalhos da Deputada italiana Silvia Costa, presidente da Comissão da Cultura e Educação, e ao Deputado português José Manuel Fernandes, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos e responsável pelo orçamento da UE para este ano.

"Juntos, temos mostrado que podemos encontrar soluções criativas para superar procedimentos burocráticos, quando se trata do interesse dos nossos cidadãos. Desejo à Orquestra de Jovens da União Europeia um futuro de muito sucesso", afirmou ainda Jean-Claude Juncker.



"Juntos, temos mostrado que podemos encontrar soluções criativas para superar procedimentos burocráticos, quando se trata do interesse dos nossos cidadãos. Desejo à Orquestra de Jovens da União Europeia um futuro de muito sucesso", afirmou ainda Jean-Claude Juncker.

A subsistência da Orquestra já para este ano será assegurada através de uma alteração ao atual plano de trabalho do programa Europa Criativa, o principal instrumento de financiamento da UE para o setor cultural, através da implementação de uma subvenção no montante de 600 mil euros.

Para 2017, o Parlamento Europeu avançou com a proposta de um "projeto-piloto" para garantir que a Orquestra dos Jovens assegure o seu financiamento. Para longo prazo, a Comissão vai propor **"soluções sustentáveis"** no âmbito do programa Europa Criativa. Em paralelo, a Orquestra vai procurar fontes complementares de financiamento para expandir suas atividades. 

Carlos Coelho aprova Estratégia da Aviação para a Europa



A Comissão do Mercado Interno e Protecção dos Consumidores aprovou em Bruxelas, o Parecer sobre uma Estratégia da Aviação para a Europa.

Carlos Coelho, relator-sombra do Partido Popular Europeu para este parecer dirigido à Comissão dos Transportes do Parlamento Europeu, congratulou-se pela aprovação do Relatório e debruçou-se sobre as alterações apresentadas ao Projecto de Parecer frisando a importância da Estratégia acolher uma maior protecção dos Passageiros Aéreos e uma visão em acordo com o Mercado Interno.

O social-democrata frisou *“a necessidade de se fazerem rápidos progressos na adopção do regulamento sobre os direitos dos passageiros aéreos que continua bloqueado no Conselho”* e considerou *“premente combater as dificuldades que ainda enfrentam os consumidores europeus nas suas reservas online e offline, devendo as empresas que prestam serviços no sector da aviação disponibilizar aos consumidores informações claras e completas que não induzam em erro. A estratégia deve ter especial consideração pelo acesso, informação e pela*

Carlos Coelho frisou “a necessidade de se fazerem rápidos progressos na adopção do regulamento sobre os direitos dos passageiros aéreos que continua bloqueado no Conselho”

protecção dos direitos dos consumidores vulneráveis (deficientes, idosos, pessoas com pouca formação)”.

Carlos Coelho recordou que uma estratégia para a aviação para o século XXI deverá ter uma abordagem coordenada entre os Estados-Membros em todos os domínios relacionados com a aviação como o Turismo, a Política de Consumidores, o Ambiente e a Segurança.

A este propósito *“devemos sem dúvida alguma exigir elevados padrões de segurança, mas sem que isso coloque em causa a livre circulação e os direitos dos passageiros devendo-se sim utilizar as tecnologias e novas soluções digitais em benefício do passageiro e não colocando-lhe mais entraves”*, afirmou o eurodeputado.

Ao concluir Carlos Coelho regozijou-se com a aprovação de todas as suas Emendas em especial a Emenda 50, sobre a necessidade de se promover também, no âmbito desta estratégia, o **Número de Emergência Europeu 112**: *“Não se trata de uma exigência por via legislativa mas sim que os agentes e operadores o publicitem sem custos para os contribuintes nos bilhetes eletrónicos, nas revistas de bordo, nos sítios Web das empresas e através do seu pessoal, como muitas companhias já o fazem. O 112 é uma ferramenta de segurança essencial nos transportes e lamento que a Relatora e o Grupo Parlamentar ECR (Conservadores) não o considerem ao sugerirem um voto negativo na sua lista de voto.”*

O Parecer foi aprovado com 33 votos a favor, 0 contra e 2 abstenções. 



Empresários, autarcas e organizações de desenvolvimento devem recorrer a Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento

A apresentação das publicações do eurodeputado José Manuel Fernandes sobre a União Europeia e as regiões de Minho e Trás-os-Montes.

Perante os Fundos Comunitários “não devíamos ter apenas a lógica do utilizador, mas antes a lógica do programador”. A afirmação é de José Manuel Fernandes, Deputado no Parlamento Europeu. Nas apresentações das edições de 2016 “Pela Nossa Terra” dedicadas às regiões do Minho e de Trás-os-Montes, sublinhou a importância de repensar o uso dos apoios comunitários.

Valorizando as grandes potencialidades de regiões beneficiadas de grande diversidade e recursos naturais, como o Minho e Trás-os-Montes, José Manuel Fernandes reconheceu a discriminação dos territórios mais desfavorecidos na hora de decidir a distribuição dos

recursos financeiros, apesar dos fundos europeus terem o objetivo de corrigir assimetrias regionais e promover a coesão territorial e social.

“Eu insisto em dizer, a pergunta que deve ser colocada não é saber o que há aí de Fundos Comunitários. A pergunta tem de ser: O que precisamos? O que queremos? O que vai desenvolver o território? O que devia ser financiado e não é?”, defendeu.

O eurodeputado sustentou que “não pode haver nenhum projeto que não possa ser financiado quando é sustentável, crie emprego e contribua para o crescimento inteligente, conforme determina a **Estratégia Europa 2020**, que é a guia de todos os fundos”.

É nesta lógica que José Manuel Fernandes afirma que seria “extremamente importante” que empresários, autarcas e organizações de

desenvolvimento local e regional utilizem a Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento (PEAI), que está disponível.

“Esta plataforma, criada no âmbito do Plano Juncker, é um instrumento que pode ajudar a canalizar os recursos e os investimentos para onde eles verdadeiramente são necessários e podem contribuir para a coesão territorial. É um serviço gratuito para as instituições públicas e com apenas um terço do custo para as PME. Indica aos investidores quais os fundos disponíveis e quais as melhores condições para o seu projeto”, revelou o eurodeputado.

Numa altura em que vai iniciar a discussão para revisão plurianual do Orçamento da União Europeia, José Manuel Fernandes sublinha que é importante repensar e até mostrar o que devia ser financiado e não o é. “No desempenho das minhas funções, até posso fazer



essas propostas e exercer essa influência, no sentido de responder às necessidades, às ambições e anseios do território”, disponibilizou-se.

A publicação “Pela Nossa Terra”

A publicação “Pela Nossa Terra” – a segunda edição anual lançada para Trás-os-Montes e a sexta anual no Minho, duas regiões a que o eurodeputado dedica especial atenção no seu mandato – destaca informação regionalizada sobre o problema da baixa de natalidade e do envelhecimento da população, enquanto fenómeno que atinge a União Europeia e, de forma particular, o território transmontano. Com estas edições, José Manuel Fernandes concretiza o compromisso em manter a ligação da informação sobre a União Europeia à realidade local dos distritos de Braga e Viana do Castelo, Bragança e Vila Real, incluindo cada uma das suas freguesias.

Nestas publicações, são ainda reeditadas datas previstas para eventos, festas e romarias da região, a par da apresentação de **Minutos Europeus** – uma rubrica online com vídeos de cerca de um minuto e em que, juntamente com o eurodeputado Carlos Coelho, José Manuel Fernandes procura explicar e fornecer informação útil sobre diversas questões ligadas à União Europeia.

São ainda explanadas as **operações aprovadas no âmbito do Novo Norte – ON2** (até 31 de dezembro de 2015), relativas ao período 2007-2013. Quando estamos na concretização de um novo quadro financeiro que vigora até 2020, **“É importante avaliarmos como e onde foram usados os recursos disponíveis”**, sustenta José Manuel Fernandes.

E acrescenta que *“é nesse contexto que devemos enquadrar a comemoração dos 30 anos*

da adesão de Portugal à comunidade europeia”, matéria também abordada nesta edição de ‘Pela Nossa Terra’ e em que são destacados *“aspectos de uma relação bem mais profunda e intensa que a simples contabilização de fundos recebidos”*.

“Na União Europeia, os portugueses têm sobretudo beneficiado pelo facto de viverem num país que é membro ativo e de pleno direito num espaço de liberdade, multicultural e tolerante, com fortes direitos sociais, uma legislação avançada em termos ambientais e uma inquestionável defesa da dignidade humana e dos direitos humanos”, avança José Manuel Fernandes.

Um importante Manual de consulta


A publicação “Pela Nossa Terra - Minho 2016” foi apresentada em Valença, no novo edifício da Escola Superior de Ciências Empresariais do IPVC, cuja requalificação representou um investimento de cerca de 6 milhões de euros e com financiamento comunitário. O presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Rui Teixeira, fez a apresentação da obra, num evento que contou ainda com participação do presidente da Câmara Municipal de Valença, Jorge Salgueiro Mendes.

Na apresentação da publicação “Pela Nossa Terra - Trás-os-Montes 2016”, realizada em Vila Pouca de Aguiar, o reitor da Universidade de Trás-os-Montes **Fontainhas Fernandes**, sublinhou a importância da obra em termos de informação europeia e regional.

“Encontrei nesta Publicação um importante Manual de consulta riquíssimo em informação sobre as mais diversas questões europeias e também sobre o próprio território de Trás-os-Montes”, disse o reitor, num evento que contou também com a participação do presidente da Assembleia Municipal de Vila Pouca de Aguiar, **Álvaro Sousa**, ao lado do presidente da Câmara, **Alberto Machado**.

A obra faz referência aos autarcas municipais e de freguesia. *“É uma forma de home-nagear e reconhecer o trabalho excecional que os nossos autarcas fazem na promoção da coesão e do crescimento económico”*, disse o eurodeputado, um municipalista assumido.

As obras estão disponíveis para download e consulta online, nos links:

- <http://josemanuelfernandes.eu/pages/agenda-pela-nossa-terra-tras-os-montes-2016>
- <http://josemanuelfernandes.eu/pages/agenda-pela-nossa-terra-minho-2016/sub:103>. 

Parlamento Europeu dá luz verde a Parecer sobre Gás Natural Liquefeito

Cláudia Monteiro de Aguiar consegue aprovação sobre o GNL e Portos Portugueses e Navios ganham oportunidade na rota do GNL.

A eurodeputada do PSD, **Cláudia Monteiro de Aguiar**, viu aprovado na Comissão de Transportes e Turismo um Parecer, da sua autoria, sobre a “Estratégia da União de Gás Natural Liquefeito e de Armazenamento de Gás”, com 38 votos a favor e 5 contra.

Após negociações com os diferentes grupos políticos Cláudia Monteiro de Aguiar afirma ter alcançado um acordo unânime para a importância da utilização de GNL *“uma vez que, até à data, se apresenta como o combustível alternativo aos combustíveis convencionais, menos poluente, para os transportes pesados de mercadorias, transportes públicos e o sector marítimo.”*

A eurodeputada viu ainda aprovada a sua proposta de **criação de um Corredor Azul para as Regiões Ultraperiféricas** do Atlântico e outras Regiões Insulares, dentro do financiamento já existente a nível de transportes e energia, através do Mecanismo Interligar a Europa e do Plano Juncker.

Segundo Cláudia Monteiro de Aguiar **“a utilização de um combustível menos poluente nas embarcações e a suas múltiplas utilizações, para a rede elétrica nacional, vai ao encontro dos objetivos do Tratado de Paris, COP21, da legislação ambiental existente, tanto a nível Europeu como a nível internacional e dos compromissos assumidos pelo Estado Português, junto da Organização Marítima Internacional.”**

No documento destaca-se ainda a importância de concluir a terceira ligação transfronteiriça entre Portugal e Espanha para duplicar a capacidade de fluxos de gás para e entre a Península, criando as condições para a concretização de uma das prioridades da União, um Mercado Europeu de Gás, terminado, assim, com o isolamento energético em que se encontra a Península Ibérica.



Cláudia Monteiro de Aguiar defendeu “a utilização de um combustível menos poluente nas embarcações e a suas múltiplas utilizações, para a rede elétrica nacional, vai ao encontro dos objetivos do Tratado de Paris, COP21.”

O parecer aponta ainda soluções alternativas à construção de terminais de GNL, em especial para as Regiões Ultraperiféricas, como infraestruturas de pequena escala e a utilização dos navios da cabotagem regular, para o armazenamento e a distribuição de GNL, bem como o projeto de gasoduto virtual da Madeira, que pode ser replicado em outras regiões da União.

Cláudia Monteiro de Aguiar refere ainda *“que Portugal deve posicionar-se na distribuição e armazenamento de GNL, elemento diferenciador para aumentar a competitividade dos Portos Portugueses a nível europeu e mundial”* subli-

nhando que para isso deve *“apresentar projetos para a transição das embarcações atuais através do financiamento europeu existente. A nível das infraestruturas o Governo Português deve apresentar a Bruxelas até dia 18 de Novembro, o quadro de ação nacional sobre a criação de infraestruturas para combustíveis alternativos, no qual o GNL se insere, com a respetiva localização dos pontos de abastecimento de GNL e também de Gás natural comprimido.”*

Este parecer vai ainda ser votado na Comissão Indústria, da Investigação e da Energia com votação final em Plenário agendada para final de Outubro, início de Novembro.

Radicalização:

Prevenir, Sancionar, Reintegrar

Parlamento Europeu discutiu a prevenção da radicalização que tem estado na origem dos mais recentes ataques terroristas.

Carlos Coelho começou por lembrar que “a radicalização não é o resultado de um único fator. É um fenómeno complexo, a que a sociedade da informação veio acrescentar ainda mais elementos. O deputado do PSD considerou que como consequência “temos, por isso, de abordar este fenómeno na sua totalidade. Ou seja, olhando para a prevenção, para o sancionamento e para a reintegração. Mas também desenvolvendo um conjunto de medidas transversais, em vários domínios, e cuja eficácia será maior quanto maior for a proximidades aos cidadãos”.

Carlos Coelho continuou, exemplificando: “**não queremos que as prisões se tornem**

nem nas Universidades do crime nem nos novos centros de radicalização. Mas também necessitamos de políticas de longo prazo, nomeadamente no âmbito educativo. Por último, **não descuremos a reintegração.** Desde crianças expostas a ambientes radicalizados até adultos condenados, necessitamos de procurar a sua reintegração, devolvendo-os à sociedade, reaproximando-os dos seus valores fundamentais”.

Carlos Coelho concluiu avançando com medidas concretas: “a proposta de alteração do SIS II a apresentar no final deste ano deverá introduzir um conjunto de melhorias que permitam ao SIS contribuir para uma ação mais concertada e eficaz dos Estados-Membros. Apresentei também em sede de Orçamento para 2016 propostas para um projeto piloto no âmbito da desradicalização de crianças e jovens. Espero que tenha sucesso”.



Sofia Ribeiro apresenta projecto-piloto para combater o desemprego nas Regiões Ultraperiféricas

A eurodeputada **Sofia Ribeiro** submeteu na Comissão do Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, uma proposta de projecto-piloto que pretende dar resposta ao **desemprego nas Regiões Ultraperiféricas**. A iniciativa foi articulada entre os vários deputados destas regiões e insere-se no **desenvolvimento das economias verde e azul**.

A proposta apresentada, afirmou Sofia Ribeiro, “pretende apoiar a criação de emprego através do desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras”. O objetivo é “promover o empreendedorismo e as sinergias entre os diferentes atores governamentais e agências de desenvolvimento locais, parceiros sociais, instituições de ensino e formação, e representantes dos jovens, promovendo assim o crescimento sustentável a longo prazo, com especial atenção ao de-

semprego jovem e ao desemprego de longa duração”.

A eurodeputada social-democrata explicou ainda que este projecto “divide-se em várias fases e pode revelar-se muito importante, pois permitirá a constituição de uma plataforma de análise das potencialidades de emprego entre as RUP, da definição de mecanismos de formação e de integração dos trabalhadores, bem como permitirá disponibilizar incubadoras de novas PME e um fundo de apoio para que possam desenvolver projetos ligados às economias verde e azul”.

Para além dos Açores, esta iniciativa, com um orçamento de dois milhões de euros, destina-se às outras oito regiões ultraperiféricas que fazem parte da União Europeia, como as ilhas da Madeira, Canárias, Martinica, Maiote, Guadalupe, Guiana Francesa,

Reunião e São Martinho. “Estas regiões têm uma **taxa média de desemprego jovem superior a 50%, e os desempregados de longa duração representam mais de 65%** - o que é preocupante”, acrescentou.

O projecto visa complementar a rede de emprego para as RUP, criada em setembro de 2014 e apoiada pela Comissão Europeia, “que tem assumido uma dimensão essencialmente a nível político”, explicou a eurodeputada. “Até agora, o foco social tem sido pouco desenvolvido e esta é uma área fulcral onde as RUP têm de se afirmar a nível europeu. Os seus mercados de trabalho são frágeis, especialmente devido à distância a que estas regiões se encontram do continente europeu, do seu tamanho e fragmentação. É, por isso, fundamental criar medidas específicas para que se desenvolvam”, finalizou Sofia Ribeiro.

Carlos Coelho

contra o tráfico de Seres Humanos

O Parlamento Europeu aprovou, em Estrasburgo, o Relatório sobre a luta contra o tráfico de seres humanos no contexto das relações externas da UE que contou com o apoio do eurodeputado **Carlos Coelho**.

O tráfico de seres humanos constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, e é uma das actividades de criminalidade organizada mais rentável, afetando na sua maioria mulheres para a exploração de serviços sexuais mas não só.

Carlos Coelho apoiou em Estrasburgo o Relatório Lochbihler sobre a luta contra o tráfico de seres humanos no contexto das relações externas da UE repudiando esta actividade "que não pode ser tolerada à luz dos valores e padrões societários europeus e que infelizmente ocorre também dentro das nossas fronteiras internas".


Carlos Coelho lamentou "a falta de legislação adequada para combater este flagelo e a falta de cooperação entre os países sendo ainda elevado o número das vítimas conhecidas que não tem acesso a proteção e apoios adequados sendo o acesso à Justiça limitado ou inexistente".

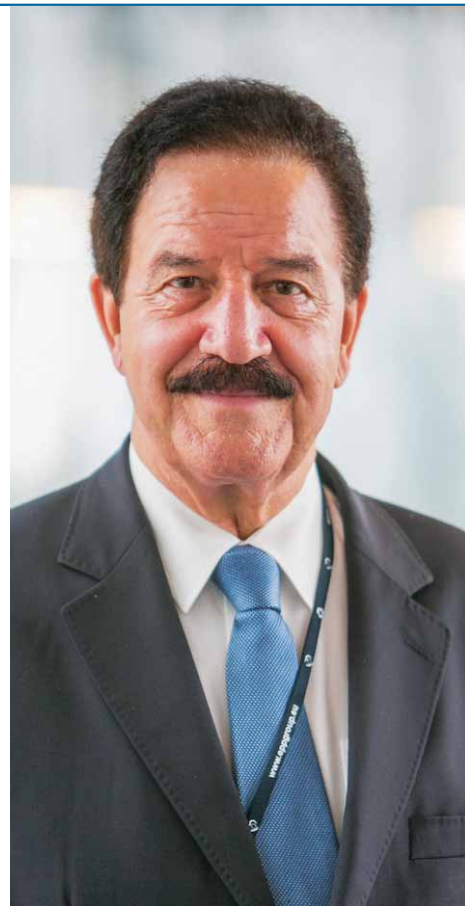
É pois vital o princípio do reconhecimento mútuo consagrado no artigo 82.º, n.º 1 do TFUE devendo a Comissão, os Estados-Mem-

bro e as agências da UE reforçar o estatuto das vítimas do tráfico de seres humanos através do reconhecimento mútuo das decisões judiciais e administrativas, incluindo as que se relacionam com as medidas de proteção das vítimas, o que significa que o estatuto de uma vítima, uma vez preceituado num Estado-Membro, tem de ser aplicável em toda a União Europeia.

Para o social-democrata "especial atenção deve ser dada aos fluxos migratórios ilegais que aumentam o risco de tráfico devido à sua vulnerabilidade e situação irregular, em especial menores não acompanhados tais como as 10.000 crianças que desapareceram na Europa de acordo com a Europol".


"É premente que a UE prossiga todos os seus esforços para combater este fenómeno em todas as suas modalidades (sexual, escravidão, mendicância forçada, tráfico de órgãos) em especial na sua relação com países terceiros", referiu Carlos Coelho.

É pois vital que os Estados honrem a sua obrigação internacional de defender os direitos das vítimas sob sua jurisdição nomeadamente o acesso à justiça, ao reconhecimento da identidade jurídica e da cidadania, à restituição de bens, a uma reparação adequada, assim como a cuidados médicos e psicológicos, serviços sociais e jurídicos, e, a longo prazo, apoio à (re)integração. 



Eurodeputado Fernando Ruas questiona Comissão Europeia sobre harmonização das regras relativas às inspeções de veículos na UE

O Eurodeputado **Fernando Ruas** questionou a Comissão Europeia (CE) relativamente às Inspeções Técnicas de Veículos, abordando concretamente a questão da "harmonização das regras e o reconhecimento mútuo dos certificados de inspeção por parte dos Estados-Membros".

Fernando Ruas considera que em matéria de inspeções de veículos, é importante que a Comissão Europeia proceda a uma reforma do quadro normativo neste sector, através da adopção de uma proposta audaciosa, que vise combater o excesso de burocracia desnecessária e, naturalmente, contribuir para uma melhoria da segurança rodoviária na União Europeia. 



Mais flexibilidade e menos burocracias para reverter “enorme atraso” na execução do atual Quadro Financeiro Plurianual

Desafio lançado à Comissão Europeia para resolver problemas do atual QFP foi expresso durante debate sobre projeto de orçamento rectificativo que foi aprovado pelo Parlamento Europeu e insta Estados-Membros a usarem excedente de 2015 para honrarem compromissos na resposta à crise dos refugiados.

O Eurodeputado **José Manuel Fernandes** desafiou a Comissão Europeia a apoiar uma iniciativa de **“verdadeira revisão”** do atual Quadro Financeiro Plurianual (QFP), de forma a **reverter o “enorme atraso” que se verifica actualmente na sua execução.**

“A revisão do QFP é urgente. Precisamos de mais flexibilidade e simplicidade”, defendeu José Manuel Fernandes, intervindo no plenário do Parlamento Europeu que decorre em Estrasburgo (França) e que aprovou o seu relatório sobre um projeto de orçamento rectificativo, que reduz as contribuições dos Estados-Membros em 2016 face a excedentes do ano passado.

Trata-se de um reembolso cujo total ascende a **1,3 mil milhões de euros** e que José Manuel Fernandes aproveita para instar os Estados-Membros a utilizarem a verba de forma a honrarem os seus compromissos em relação à **crise dos refugiados** e a igualarem a contribuição da UE para os **fundos fiduciários para África e de resposta à crise síria.**

No debate sobre o relatório, José Manuel Fernandes fez questão de sublinhar que o **QFP 2014-2020 “não tem a flexibilidade necessária para responder aos desafios atuais, às situações de emergência, como aliás provam os fundos fiduciários, que estão fora do orçamento da União Europeia”.** O eurodeputado do PSD e coordenador do PPE na comissão dos orçamentos sustentou que *“as prioridades para a revisão do QFP são claras: emprego - nomeadamente emprego jovem -, promoção do crescimento e reforço da competitividade da economia, solidariedade interna e externa, reforço da segurança interna”.*



Em defesa de *“um QFP credível”,* capaz de respeitar os compromissos e com *“os meios financeiros de acordo com as ambições, metas e objetivos traçados”,* José Manuel Fernandes pediu **“mais flexibilidade e simplicidade”.**

*“Se olharmos para a execução do atual QFP, verificamos um enorme atraso. Tal é inaceitável e resulta de **burocracias quer nacionais quer europeias,** que têm de ser eliminadas”,* explicou.

Nesse sentido, José Manuel Fernandes desafiou *“o apoio da Comissão Europeia para se avançar para uma **verdadeira revisão** do Quadro Financeiro Plurianual”,* no sentido de **“relançar a economia, o investimento e também para estarmos à altura dos anseios dos cidadãos da união Europeia”.**

No relatório sobre o orçamento rectificativo n.º 2/2016 – que visa inscrever no orçamento de 2016 o excedente do exercício de 2015, no


valor de 1.349 milhões de euros –, José Manuel Fernandes, nota que serão necessários mais 2,1 mil milhões de euros dos Estados-Membros para igualarem a contribuição da UE nos fundos fiduciários para a crise dos refugiados.

“Se os Estados-Membros utilizassem o excedente de 2015, no valor de 1,3 mil milhões de euros, para reforçar os fundos fiduciários, estariam a enviar um sinal de que estamos unidos e empenhados em encontrar uma solução para uma crise que nos afeta a todos”, assumiu o eurodeputado.

Em setembro do ano passado, os Estados-Membros comprometeram-se a contribuir o mesmo que a UE para os dois fundos fiduciários para a crise dos refugiados: o Fundo Fiduciário para a África e o Fundo Fiduciário Madad de resposta à crise síria. A UE contribuiu com 1,8 mil milhões de euros para o primeiro e com mais de 500 milhões de euros para o segundo. Até à primavera, os contributos dos Estados-Membros tinham-se ficado pelos 82 milhões de euros para o fundo para a África e 69 milhões de euros para o fundo fiduciário de resposta à crise síria.

O relatório de José Manuel Fernandes foi aprovado por 591 votos a favor, 68 contra e 44 abstenções.

As principais componentes deste excedente superior a 1,3 mil milhões de euros são constituídas por um resultado positivo de 980 milhões de euros no tocante às receitas, uma subexecução da despesa no valor de 187 milhões de euros e diferenças cambiais que ascendem a 182 milhões de euros.

Do lado das receitas, as duas principais componentes são os juros de mora e as coimas (180 milhões de euros) e um resultado positivo no tocante aos recursos próprios (1071 milhões de euros), do qual é deduzido um resultado negativo no que diz respeito aos excedentes, saldos e ajustamentos (-537 milhões de euros). 

Mito e manipulação: Georgieva e o PPE

Paulo Rangel no Público de 4 de outubro de 2016

A entrada de **Kristalina Georgieva** na corrida ao cargo de **secretária-geral da ONU** fez soar trombetas e rufar tambores: *“Mais uma pérfida manobra da central do mal que é o inefável PPE!”*

(...)

Esta eleição não é matéria da competência da União Europeia, mas sim dos Estados — de cada Estado — e da sua diplomacia. Na imprensa portuguesa, porém, fez curso a ideia delirante de que, pela primeira vez, haveria uma candidata partidária ao cargo e que ela seria uma *“criação”* do PPE ou, pelo menos, apoiada pelo PPE. Eis o que não resiste a uns minutos de reflexão.

Primeiro, nunca o cargo de secretário-geral dependeu de uma afinidade partidária. Alguém conhece a ideologia de Ban Ki-moon, Kofi Annan, Boutros-Ghali ou Pérez de Cuellar? E a haver alguma, terá ela pesado na escolha feita?

Segundo, não restam dúvidas de que a Alemanha patrocina Georgieva. E que a chanceler alemã pertence a um partido integrado no PPE, aí tendo um lugar de destaque. Mas o Governo da Alemanha não é sequer um Governo PPE: é um governo de grande coligação entre democratas-cristãos e sociais-democratas. Por sinal, o ministro dos Negócios Estrangeiros é Frank-Walter Steinmeier, figura grada do SPD. Alguém crê que a Alemanha lança uma candidatura destas sem o apoio convicto do seu ministro dos Estrangeiros? Será que os socialistas alemães apoiam Guterres e ninguém deu conta?



(...)

Há decerto um comportamento inaceitável da presidência da Comissão, designadamente nos twitts do chefe de gabinete de Juncker, por coincidência um alemão. E também na esquisita licença sem vencimento dada à nova candidata búlgara. Mas se houve alguém que denunciou o comportamento de Georgieva, numa reunião oficial e com voz pública, foi **José Manuel Fernandes**, deputado europeu do PPE e do PSD! A Comissão não pode ter estados de alma nesta matéria, mas daí até identificar a Comissão ou mesmo Juncker (que chefia uma coligação com socialistas e liberais) com o PPE ainda vai uma longa distância.

Terceiro, é também sabido que os Estados Unidos, desde há meses, estimulam a candidatura de Georgieva. E brandem essencialmente o argumento de que chegou a vez de uma mulher. Será que o Presidente Obama — tão incensado pelas esquerdas portuguesas — é um perigoso líder ou até simpatizante do PPE?

Quarto, porque será que em Portugal ainda ninguém disse que o presidente do Partido Socialista Europeu é o búlgaro Sergei Stanishev? E que ele, em 2014, defendeu publicamente que Georgieva, apesar de indicada por um Governo PPE, devia ocupar o lugar que coube a Federica Mogherini, ela sim uma socialista do Partido Democrático italiano? Que candidato imaginam que apoia o meu colega Stanishev, presidente dos socialistas europeus: apoia Guterres ou Georgieva?

Há hoje uma campanha na imprensa portuguesa que procura fazer do PPE uma *“agência do mal, serva do capitalismo desregulado e do imperialismo alemão”*. Quando já não há mais argumentos, invoca-se Viktor Orbán. Sim, não é uma boa companhia, embora a sua inserção no PPE tenha já evitado muitos desmandos e ocasionado muitas correções de rota na Hungria. **E que dizer de Robert Fico, primeiro-ministro socialista da Eslováquia? Ou do Presidente checo Milos Zeman, um social-comunista, grande aliado de Putin?** O problema é capaz de não estar no PPE, mas estar mais em Visegrado. Como bem prova a Polónia, agora parceira dos democraticamente impecáveis conservadores britânicos. Mais uma vez, e tal como na secretária-geral da ONU, **os partidos aqui não contam. Contam os Estados e os seus interesses permanentes.** Culpar o “maldito” PPE é fazer política rasteira a propósito de uma nobre causa nacional. 